

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

THE IMPORTANCE OF TEACHER TRAINING FOR AN INCLUSIVE SCHOOL

MARIA APARECIDA BARBOSA¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer aferições e estudos fundamentados na literatura de autores que pesquisam sobre a formação de docentes para a perspectiva de uma escola inclusiva, bem como a abordagem da prática de um professor mediador. A metodologia aplicada foi a verificação bibliográfica na qual foi aprofundado materiais como: livros, revistas, teses e dissertações. Com o intuito de difundir os benefícios que estas formações podem trazer para a população, tanto no plano social quanto educacional, foi pensado nessa temática para tentar alcançar um público maior, sendo expandido o conhecimento do valor da inclusão escolar, através dos debates formativos, da importância das formações específicas na temática de inclusão. Diante desta realidade traçamos nossas próprias conclusões onde se torna óbvio que as formações são o ponto chave para uma prática verdadeiramente inclusiva, uma prática verdadeiramente efetiva e de grande contribuição na vida dos alunos com deficiência.

Palabras - chave: Formação docente, Escola, Docente, Aluno com Deficiência.

Abstract: This article aims to make measurements and studies based on the literature of authors who research teacher training for the perspective of an inclusive school, as well as the approach to the practice of a mediator teacher. The methodology applied was bibliographic verification in which materials such as: books, magazines, theses and dissertations were explored in depth. With the aim of spreading the benefits that these trainings can bring to the population, both on a social and educational level, being able to reach a larger audience, expanding knowledge of the value of school inclusion, through training debates, the importance of specific training in inclusion theme. Faced with this reality, we draw our own conclusions where it becomes obvious that training is the key point for a truly inclusive practice, a truly effective practice

¹ Maestría en Ciencias de la Educación - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación - Universidad Autónoma de Asunción E-mail: aparecidabarbosa6807@gmail.com

that makes a great contribution to the lives of students with disabilities.

Keywords: *Active Methodologies; Teaching Mathematics; Gamification; Kahoot.*

INTRODUÇÃO

Esse estudo trata de apresentar dados sobre as formações docentes com perspectiva para a escola inclusiva. Busca compreender como a inclusão dos alunos com deficiência está sendo acolhido por partes dos professores.

Discutir sobre a Educação Inclusiva requer, sem dúvidas, uma visão imparcial sobre as práticas inclusivas vivenciadas dentro do sistema de ensino do município, visto que, é necessário apontar dados verídicos e que sirvam de bases para estudos futuros. No entanto, essa temática retrata sobre a importância da formação docente em todos os seus principais pontos, de forma que seja possível compreender se o município de Tupanatinga exerce uma educação igualitária para todos os alunos.

A escola é um ambiente multicultural, diversificado, que atende um público com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas. Essa é uma característica própria, que acolhe indivíduos com aspectos múltiplos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre muitos outros. A escola é responsável pela transformação do indivíduo, o que corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem (Neto et al., 2018, p. 87).

A inclusão verdadeiramente dita, mostra que a diferença enriquece o ambiente escolar, sendo necessário desmistificar a existência de salas homogêneas, ou seja, a primeira coisa a fazer é ter consciência das diferenças. Conforme Mantoan (2015, p. 42), “o professor, da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a (falsa) homogeneidade das salas de aula”.

Marco Teórico

A Formação Docente para perspectiva inclusive

A discussão sobre formações de educadores inclusivos teve início a partir da

Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, na década de 90. Desde então foi colocado em questão as habilidades e as competências que um professor inclusivo precisa possuir para atender as necessidades educativas especiais.

Desde a década de 1990, a educação inclusiva vem sendo amplamente discutida no Brasil por diversos atores sociais, resultando em vasta legislação e políticas públicas que têm subsidiado os direitos de todos, sem distinção, a estarem incluídos na escola. A conferência de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) são expressões do movimento internacional em defesa da inclusão, que influenciaram sobremaneira nossos marcos legais, dentre eles citamos a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) (Falcão, Santos e Fernandes, 2022, p. 30).

Esse acervo documental traz significativas reflexões, podendo destacar: a competência de avaliar as necessidades educacionais; adequar o currículo; obter ajuda das TIC's, acompanhar individualmente o processo de aprendizagem; recorrer a ajuda de pais e especialistas.

É comum observarmos no cotidiano escolar mitos e distorções em relação ao processo educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais. Temos de nos ver e ser vistos como profissionais com responsabilidades e compromissos. Há muito o que realizar em nossa realidade tão carregada de descrença e ingenuidade. Assim, para mudar essa realidade, o primeiro passo a adotar e descobrir nossas possibilidades. Ou seja, descobrirmos o que realmente sabemos e fazemos, o que realmente precisamos saber e fazer, e o que podemos vir a saber e a fazer (Brasil, 2005, p.5).

A contribuição de Brasil revela o quão é importante um novo olhar sobre a educação inclusiva, propõe além das reformulações arquitetônicas, adesão aos recursos tecnológicos, preparo e dedicação por parte dos professores e empenho de todo corpo funcional, deixando de lado as crenças e mitos que rodeiam os paradigmas inclusivos.

Conforme Falcão, Santos e Fernandes, (2022, p. 35):

Diante desse cenário, é necessário compreender o processo de inclusão como um fenômeno complexo e que, portanto, sua efetivação exige o envolvimento de todos os profissionais da escola, bem como uma rede de apoio oriunda da organização dos sistemas de educação. Essa organização se consolida com a efetivação de políticas de educação voltadas às garantias de acesso e permanência dos estudantes na escola.

São esses entraves que levam a concordar com Nóvoa (2002, p. 25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

No Brasil, a portaria nº 1.793 de dezembro de 1994 no uso de suas atribuições considera a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com alunos com deficiência, em seus artigos 1º, 2º e 3º recomenda a inclusão de disciplinas e conteúdos Ético-Político Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, bem como a extensão dos estudos adicionais em cursos de especialização.

A adaptação curricular compreende a flexibilidade para essas crianças chegarem a se desenvolver significativamente e diante desse processo de adaptação curricular é preciso levar em conta que o principal objetivo da escola inclusiva é justamente a valorização da vida, a construção de atitudes, do respeito ao outro.

Diante da proposta da convenção de Jomtien e referente a portaria citada acima, é preciso refletir sobre a prática pedagógica e a função do professor em sala de aula. Antes de fazer essa reflexão é necessário esclarecer que, não existe uma fórmula mágica que seja aplicada a uma sala heterogênea (como são todas) em que todos os alunos conseguem acabar o ciclo com o mesmo nível de aprendizagem, ou seja, de acordo com Redig, Mascaro e Dutra (2017, p. 39) “o professor precisará desconstruir as ideologias de que todo aluno aprende da mesma forma e que, mesmo em turmas consideradas homogêneas, todos aprenderão com uma única metodologia de ensino”, contudo pode-se dizer que o professor tem um papel importante no processo inclusivo e suas atitudes e ações escolares determinam se o acesso do aluno com deficiência está sendo por meio da integração ou diante do processo inclusivo. Para Dias e Silva (2020, p. 410): “os fundamentos da Educação Inclusiva passam, entre outros aspectos, por uma formação docente capaz de considerar as diferenças dos alunos e suas aprendizagens”.

Diante dessa abordagem torna-se imprescindível observar em qual situação o professor está recebendo esses educandos. Diante das indagações citadas acima, fica claro que essas questões podem influenciar nos resultados esperados, ou seja, implica no fortalecimento da inclusão escolar de qualidade.

A formação inicial e continuada de professores com proposta inclusiva contribui indistintamente no avanço cognitivo dos alunos, ou seja, o ensino inclusivo exige uma reformulação do papel do professor e da instituição escolar. Mantoan (2015, p.43), reforça isso ao dizer que:

A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas se abraçarem esse novo projeto educacional.

Enfatizando o que foi dito por Mantoan, não existe inclusão escolar sem mudanças no sistema de ensino, ou seja, o contexto educativo não deve ser estático, o ensino necessita ser individualizado, voltado para práticas inclusivas e para que isso seja possível o professor precisa ser preparado para a inclusão. Ainda de acordo com Mantoan (2015, p. 44), “a formação enfatiza a importância do seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão”. Assim sendo, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino”, ou seja, de acordo com Brasil (2005, p.11), “cabe ainda a esse professor contribuir para a construção de uma escola de qualidade para todos, cooperando com o aprimoramento do sistema escolar no sentido de melhorar o acesso à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais”.

Ser professor é ter consciência dos seus objetivos, é estar em permanente busca de alternativas e estratégias que possam facilitar o desenvolvimento educacional e social dos alunos. A formação continuada contribui para com todos os indivíduos que estão envolvidos no contexto escolar, a capacidade pedagógica e a segurança de seus objetivos farão com que o educador saiba enfrentar os desafios diários de uma escola inclusiva. Para Santos e Falcão (2020), a formação para a inclusão deve ser pensada tendo como elementos centrais a colaboração, a reflexão e o respeito à diferença, sem desconsiderar que o professor é um aprendente situado em um contexto histórico e cultural e um produtor de sentidos acerca do trabalho e da

formação docente.

Reflexionando o dito por Santos e Falcão, a formação continuada deve ser pautada em situações que acontecem frequentemente no ambiente educacional, as práticas pedagógicas devem ser revistas com o intuito de aumentar os saberes e valores pessoais dos educandos. Além disso o educando não pode ser visto com mero coadjuvante, mas como um ser dotado de habilidades e que precisa de um profissional dedicado que possa ajudá-lo a se desenvolver, pois a inserção não pode ser parcial tendo o objetivo centrado na meta principal de que “todos conseguem aprender”. Conforme Pena (2018), conhecer as necessidades formativas dos professores é uma condição fundamental para que seja pensada uma formação que se baseie nas demandas reais e nos desafios dos professores. A identificação dessas necessidades formativas é essencial para orientar as políticas públicas de formação continuada e levar ao desenvolvimento profissional docente.

Nessa abordagem, Pena explicita a importância de um corpo funcional bem-preparado para enfrentar os desafios, pois atender diversificadamente os alunos é a proposta principal da inclusão escolar e conseqüentemente sabe-se que o professor tem um papel importante dentro desse processo e principalmente na construção do conhecimento e precisa ter em mente que educação evolui, portanto, deverá fazer parte dessa inovação e da transformação provenientes da educação de qualidade.

Durante o processo de ensino aprendizagem, o professor deverá possuir ferramentas necessárias para avaliação dos estudantes que possuem deficiência, ou seja, identificar as barreiras que dificultam o desenvolvimento dos mesmos e a partir daí diferentemente do atendimento clínico, segregador dos modelos antigos, a relevância deverá estar voltado para o desenvolvimento pessoal e educacional de todos os envolvidos, bem como, reconhecer que a avaliação diagnóstica não tem a intenção classificatória ou separatória e sim um processo contínuo de análise dos elementos que interferem na aprendizagem e com isso buscar novas alternativas e condições para que o aluno desenvolva suas habilidades. Ramos (2010, p.104), corrobora quando diz que:

A avaliação inclusiva é aquela que – como se sabe e nem sempre aplica – considera o processo geral em que estão inseridos avaliados e avaliadores. Considera também que o momento de avaliar não pode ter dia e hora para acontecer. Ao contrário, precisa ser contínuo para professores e alunos. Uma

avaliação inclusiva deve valer-se de critérios múltiplos, bem como considerar a subjetividade. Não deve ser punitiva, mas sim corretiva, criando subsídios para as devidas intervenções na aprendizagem dos alunos e no trabalho do professor.

Mesmo com o avanço dos ideais sociais e políticos várias instituições escolares ainda não possuem ações implementadas em seu projeto político pedagógico que possibilitem a formação continuada de sua equipe de educadores no intuito de atender essa clientela.

Diante dos fatos aqui abordados, torna-se claro que o professor inclusivo necessita evoluir e modernizar suas práticas é necessário acompanhar o avanço e evolução das tecnologias e torná-las elemento de contribuição da aprendizagem.

A Formação e Função do Professor Mediador Inclusivo

Antes mesmo de aprofundar-se na função do professor mediador inclusivo, será importante conceituar a palavra “mediador” que significa: que serve de elo, que intervém, que medeia.

A profundidade do significado do adjetivo “mediador” é relevante para podermos analisar qual é realmente a função do educador no processo inclusivo. O papel do professor mediador é fundamental no dia a dia escolar, não só para as crianças com deficiência, mas para aquelas que possuem dificuldades de aprendizagem.

A função desse profissional é facilitar o acesso a aprendizagem, estimular o conhecimento das diversidades sociais e culturais, bem como, favorecer a interação entre grupos e ajudar na compreensão dos conteúdos pragmáticos.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (Mantoan, apud Xavier, 2006, p.57).

Assim como as práticas pedagógicas favorecem a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes essas mesmas práticas podem excluir, discriminar e segregar. Essa ferramenta deve responder as necessidades educativas individuais e

ser teor de transformações para o bem, o professor deverá estar apto e comprometido com a qualidade do ensino ofertado, elaborar novas estratégias de aprendizagem dentro de uma visão social e baseada nos princípios de solidariedade.

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (Freire, 1996).

A mediação pedagógica parte do princípio de análise do conhecimento dos alunos, suas diferentes necessidades educativas, bem como o processo de ensino aprendizagem. Com base nesse levantamento elaborar estratégias, formas de aprimorar o atendimento aos educandos com deficiência. Para Vygotsky (2008, p. 33):

A mediação é que faz a diferença, ela é o processo que irá interferir na relação de aprendizagem da criança, isto é, deixa de ser direta para ser mediada. É através dessa mediação que as funções psicológicas superiores se desenvolvem no ser humano.

Diante da importância da formação profissional pode-se destacar várias leis e documentos que foram criados ao longo dos tempos na intenção de garantir o direito à universalização à educação, bem como garantir o direito das pessoas com deficiência a se matricular em uma escola regular.

Dois desses documentos tornam-se de suma importância no processo histórico pela educação inclusiva, a Declaração Mundial de Educação para Todos, UNESCO, em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994.

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais e adotem o princípio de educação em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma (Declaração de Salamanca,

1994, pp. 1-2).

Portanto a partir da Convenção de Salamanca a mediação passou a ser sucessiva nas escolas. A formação antes existente não havia se preocupado com a mediação pedagógica, no entanto a partir do Documento de Salamanca a mediação tomou grandes proporções.

Alguns aspectos importantes na função do mediador são ajudar:

- nas questões comportamentais e sociais;
- no processo de comunicação e da linguagem;
- nas atividades diárias e brincadeiras escolares;
- na coordenação motora;
- na leitura e em diversos momentos escolares que necessitam a atuação do professor mediador.

Além dessas atribuições citadas acima, faz parte de suas funções estimular as crianças em suas habilidades escolares; esses estímulos recebidos serão desenvolvidos em suas práticas sociais no ambiente em que vivem, a criança necessita ser estimulada para que assim se tornem cidadãos seguros. Entretanto, para que a educação inclusiva seja de fato uma realidade os professores precisam se capacitar, procurar meios que possam exercer seu papel com excelência e conseguir através de sua prática ampliar os conhecimentos dos seus alunos.

A Declaração de Salamanca (1994, p.11) reforça isso ao dizer que:

O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviços a todos os professores, levando-se em consideração as variadas e frequentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham. Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado por técnicas de educação à distância e outras técnicas autodidáticas.

Quando uma escola abre suas portas para o acolhimento inclusivo, várias mudanças precisam acontecer tanto no modo de pensar quanto nas práticas pedagógicas, o professor precisa carregar consigo que seu objetivo principal é a aprendizagem de seus alunos e seu desenvolvimento social e que escola é um ambiente que possibilita mudanças na grade curricular, na prática pedagógica, no processo de ensino para todos os alunos, especialmente para os que possuem deficiência.

Nesse contexto, expressa-se que a presença desses alunos em uma sala comum é uma valiosa oportunidade para reflexionar se o caminho escolhido está sendo favorável a aprendizagem, caso contrário o professor poderá modificar suas estratégias escolares e encontrar o melhor percurso para chegar à aprendizagem.

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (Mantoan, Pietro e Arantes, 2006, p.57).

Sendo assim, como diz Mantoan, Pietro e Arantes, uma capacitação de boa qualidade deve ser capaz de transmitir aos docentes recursos que lhe possibilite analisar os conhecimentos e as dificuldades atuais dos educandos e com base nessa análise diversificar atividades, criar materiais adaptáveis aos tipos de deficiência e ter condições de avaliar os educandos afim de que as informações recolhidas sirvam de referência e assim o docente possa aprimorar seu planejamento e aperfeiçoar os atendimentos aos educandos com deficiência.

As técnicas de ensino sobre os conhecimentos dos alunos com necessidades especiais não podem ficar apenas a disposição do professor e sim abranger a maior parte dos indivíduos participativos da instituição escolar, conseqüentemente sabe-se que os estudos no exercício do magistério não lhe permitem contribuir pedagogicamente com o processo de inclusão sendo o curso de pedagogia uma extensão de ensino rico no conhecimento teórico e prático para o professor inclusivo.

No percurso da inclusão, os professores irão ampliar e elaborar suas competências e habilidades a partir das experiências que já tem. A formação continuada considera a formulação dos conhecimentos do professor, sua prática pedagógica, seu contexto social, sua história de vida, suas singularidades e os demais fatores que o conduziram a uma prática pedagógica acolhedora (Mantoan, 2006, p.139).

Nessa perspectiva os professores estão em constante aprendizado. A formação continuada não são fórmulas mágicas de ensinar a dar aula, o objetivo das formações é sempre de complementar o que o professor já sabe, de melhorar suas práticas a fim de que os profissionais da educação se tornem mais acolhedores.

METODOLOGIA

O conhecimento científico nada mais é do que um conhecimento diferente dos demais porque possui características de verificabilidade. E para se chegar a esse conhecimento é necessário um método que permita ao investigador chegar a esse determinado conhecimento científico. Nesse pressuposto, é importante a conceituação do termo método. De acordo com Campoy (2018, p. 41), método “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão”. O método é, portanto, algo muito mais complexo que uma simples sequência unidimensional de passos. Gil (2018, p. 02) define o que seria método como “o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Marconi e Lakatos (2018, p. 83) seguem a mesma linha e define método científico como: “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Neste trabalho abordamos um vasto estudo bibliográfico sobre a formação docente, suas características e suas peculiaridades, fazendo com que o conhecimento sobre essa temática siga sendo aprofundada.

CONCLUSÕES

Após vasto aprofundamento teórico somos capazes de tecer nossas conclusões. Sobre essa temática, podemos afirmar que o processo formativo para os docentes é um ponto importante para o acolhimento dos alunos com deficiência, os professores necessitam estarem preparados para atender as necessidades educativas de todos os alunos inclusive desse aluno que possui algum tipo de deficiência.

As formações têm sido muito debatidas nos últimos anos, e esses debates vem trazendo grandes contribuições para a prática docente. A importância dos debates formativos contribui para que os professores se sintam mais preparados para receber e proporcionar a esses alunos um ensino de qualidade para eles consigam desenvolver suas habilidades.

Saber o papel do professor é indispensável para atuação em sala de aula, ou seja, muitos são os desafios enfrentados por uma escola inclusiva, no entanto a formação docente pode contribuir para sanar os obstáculos provenientes de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO.
- Brasil. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: visão histórica: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: deficiência no contexto escolar*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defcontexto.pdf> > Acesso em: 17.out.2023.
- Dias, V. B. e Silva, L. M. (2020). Educação inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura?. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 406-429.
- Falcão, G. M. B.; Santos, A. L. C. e Fernandes, A. M. (2022). *Educação Inclusiva em diálogos*. 1ª edição. Fortaleza: Escuece.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção leitura).
- Gil, A. C. (2018). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Mantoan, M. T. E. (2006). Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. *Educação*, 29(1), 55-64.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* Summus Editorial.
- Mantoan, M. T. E., e Prieto, R. G. (2003). *Inclusão escolar: o que é. Por quê*, 12.
- Neto, A. D. O. S.; Ávila, É. G.; Sale, T. R. R.; Amorim, S. S.; Nunes, A. K. e Santos, V.M. (2018). Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, 31(60), 81-92. <https://doi.org/10.5902/1984686X24091>.
- Nóvoa, A. (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa.
- Pena, G. A. (2018). Necessidades formativas de professores dos institutos federais e desenvolvimento profissional docente. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 2(15), e7280-e7280.

Ramos, R. (2010). *Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva*.

Summus.

Redig, A. G.; Mascaro, C. A. A. C. e Dutra, F. B. S. (2017). A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, Marília, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2017.

Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem*. São Paulo.